

# Mais perto da meta de superávit

BRASÍLIA – O governo está próximo de atingir a meta de superávit de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) definida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro trimestre. Até fevereiro, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) registrou um superávit de 2% do PIB, o que significa R\$ 2,82 bilhões. Isso quer dizer que, se mantidas as contas do governo central nesse patamar até o fim de março, ficará faltando um esforço de 0,7% do PIB a ser feito por estados, municípios e estatais para que a meta seja alcançada. Na próxima segunda-feira, o BC deve divulgar o resultado consolidado das contas do setor público em janeiro.

Com o resultado inicial do governo central e as perspectivas para mar-

ço, o secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, acha que a meta para os primeiros três meses de 1999 pode ser superada, dependendo do desempenho de estados, municípios e estatais. Só em fevereiro, as contas do governo central ficaram positivas em R\$ 1,87 bilhão, contra um déficit de R\$ 143,2 milhões em 1998, o que só aconteceu porque o Tesouro foi superavitário em R\$ 2,61 bilhões. Mais uma vez, o maior vilão das contas públicas foi a previdência, que teve déficit de R\$ 718,1 milhões. O BC também teve resultado negativo de R\$ 21,8 milhões.

A arrecadação adicional da Receita Federal de R\$ 2,2 bilhões com as dívidas de contribuintes pagas depois de terem multas e juros perdoados foi o maior responsável pelo resultado positivo de fevereiro. O esforço para o

corte de gastos do governo também teve participação importante nesse resultado, segundo Eduardo Guimarães, já que o item despesas de custeio e capital caiu 23,6% no período em relação ao ano passado, o que representa uma economia de R\$ 1,8 bilhão nos dois primeiros meses do ano. Esse é o único item que dá ao governo margem de manobra, já que é um dos poucos que permite cortes adicionais.

As despesas totais, contudo, ainda continuaram a subir em fevereiro, registrando aumento de 6,5% em relação ao ano passado. Dos R\$ 14,2 bilhões gastos pelo governo, R\$ 2,8 bilhões foram transferidos para estados e municípios por conta de transferências constitucionais (R\$ 2,6 bilhões), da desoneração do ICMS (R\$ 211,4 milhões) e demais transferências (R\$ 8,6 milhões).

Para o próximo mês, segundo o secretário do Tesouro, as despesas do governo ainda devem ter crescimento adicional que está dentro das expectativas.

Já as receitas com o pagamento de dívidas atrasadas dos contribuintes para com a União, lembrou Guimarães, não devem se repetir. No entanto, isso não deve afetar o desempenho das contas do governo até o final do ano. Segundo o secretário, o resultado do primeiro bimestre mostra que o governo resolveu apertar os cintos no início do ano para que ao longo do exercício, quando as despesas tendem a ser maiores, os resultados sejam assegurados, assim como as metas acordadas com o FMI. “Estamos dando uma travada inicial para ganhar espaço para a frente”, disse Guimarães. (V.O.)